



Em Tese®

A CIDADE E O SAGRADO DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA CIDADE DE CARUARU-PE

The city and the sacred of African and Afro-Brazilian matrix in the city of Caruaru-PE.

Aristóteles Veloso da Silva Muniz

Doutor em Sociologia PPGS/UFPE

Centro Universitário UniFavip, Caruaru, Brasil

aryveloso77@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0003-3289-4531>

Beatriz Simoneli de Melo Costa

Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

URB – Autarquia de Urbanização e Meio Ambiente, Caruaru, Brasil.

beatrizsmelocosta@gmail.com

<https://orcid.org/0009 0008 2689 6817>

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo refletir acerca das religiões de matriz africana e afro-brasileira na cidade de Caruaru (PE), intencionando realizar uma análise socioespacial dos Terreiros neste município, buscando ainda entender como estes estão distribuídos no tecido urbano e o lugar social que essas religiosidades ocupam na dinâmica urbana da cidade. Para tal, utilizamos na pesquisa de campo realizada pelo grupo GEMIC, valendo-se do auxílio de pesquisa bibliográfica e de fontes históricas sobre o tema. Em complemento, realizamos uma pesquisa de campo visitando três Terreiros, com o intuito de desconstruir possíveis representações distorcidas do fenômeno. De modo geral, a partir da discussão teórica sobre espaço urbano e social e a influência das relações entre os diversos grupos na construção e organização deste território pelo viés da religião, foi possível apresentar um panorama da forma como a religião de matriz africana e afro-brasileira estão inseridas no espaço urbano da cidade de Caruaru, apresentando uma configuração particular de apropriação e utilização deste espaço muito similar à realidade destes cultos na maioria das cidades do território brasileiro.

Palavras-chaves: Espaço urbano. Segregação socioespacial. Racismo religioso. Religiões de matriz africanas e afro-brasileiras. Caruaru.

ABSTRACT

This work aims to analyze the African and Afro-Brazilian Religions in the city of Caruaru (PE), to carry out a socio-spatial analysis of the “terreiros” in this municipality, seeking to understand how they are distributed in the urban fabric and the social place that these religiosities occupy the urban dynamics of the city. To this end, we used field research carried out by the GEMIC group using bibliographical research and historical sources on the topic. In addition, we carried out field research visiting three “terreiros”, with the objective of deconstructing possible distorted representations of the phenomenon. In general, based on the theoretical discussion about urban and social space and the influence of relationships between different groups in the construction and organization of this territory from the perspective of religion, it was possible to present an overview of the way in which religions of African and Afro-Brazilian origins are inserted in the urban space of the city of Caruaru, presenting a particular configuration of appropriation and use of this space very similar to the reality of these cults in most cities in Brazilian territory.

Keywords: Urban space. socio-spatial segregation. Religious Racism. African and Afro-Brazilian religions. Caruaru.

1 INTRODUÇÃO

Para entender o lugar que a religiosidade ocupa na realidade espacial das cidades, é preciso compreender como o espaço urbano vem sendo construído e ocupado e identificar que esses espaços se constituem como resultado de diferentes forças sociais. Quando abordamos os processos de urbanização, um dos vieses dessa temática pode se remeter tradicionalmente às cidades, de modo a proporcionar o entendimento destes espaços modernos de organização democrática, porém, sem ignorar a existência de desigualdades sociais e raciais que se materializam na segregação socioespacial (Bonifácio, 2017). Essa estrutura desigual e segregadora em que está amparada a construção do espaço urbano foi facilmente lida em todos os aspectos da vida urbana, inclusive no campo religioso. Para Bonifácio (2017), cada religião se apropriou e interagiu com o espaço de modo particular, possuindo elementos marcadores e representações nas paisagens que estão ligadas às suas trajetórias históricas na sociedade. Para Jesus *et al.* (2010), as transformações típicas das sociedades urbano-industriais vieram interferir na dinâmica ritualística aos orixás, onde seus adeptos e adeptas buscaram através das diversas estratégias de resistência conviver na cidade com a falta de “espaços naturais”, na procura por dialogar com outras concepções religiosas, ou não, nesses espaços.

Buscou-se traçar um paralelo do lugar social das religiões de matriz africana e afro-brasileira, no espaço urbano entendendo essas práticas religiosas como produto da reunião de diversas estruturas litúrgicas africanas, indígenas e kardecistas, que atuaram como mecanismo de sobrevivência bem-sucedidas entre esses povos durante a diáspora africana (Lima; Oliveira, 2016). De acordo com Bonifácio (2017), a religião cristã, por ser a religião oficial do colonizador brasileiro, tornou-se dominante, devido ao processo de imposição da fé católica como religião oficial da sociedade colonial e depois imperial, possuindo desta forma grande visibilidade nas cidades, o que foi expresso pela monumentalidade de seus templos e edificações. As religiões de matriz africana, na lógica colonial formadora da nossa sociedade, sempre se encontraram ocultas ou caracterizadas de forma discreta nas paisagens urbanas, devido às perseguições e intolerâncias que os seus seguidores sofreram e sofrem desde a formação e consolidação desses cultos no Brasil (Bonifácio, 2017; Souza, 2016).

Neste sentido, esse trabalho buscou compreender a cidade, a partir de sua relação com o sagrado. Tendo como objetivo fazer uma análise socioespacial dos terreiros de religiões de matriz africana e afro-brasileira na cidade de Caruaru, no estado de

Pernambuco. O trabalho possuiu ainda como objetivo específico entender como está configurada a distribuição destes terreiros no espaço urbano do município e qual o lugar social que essas religiões ocuparam e continuam ocupando na cidade.

2 METODOLOGIA

Com o intuito de entender como se dão as relações entre as práticas religiosas de matriz africana e afro-brasileira e o espaço urbano no município de Caruaru, optou-se por uma abordagem qualitativa, cujo objetivo buscou compreender essa relação a partir de um banco de dados de pesquisa organizada pelo GEMIC (Estudos Memória, Identidade e Cultura), cuja metodologia investigativa adotou a aplicação de questionários semiestruturados junto às lideranças da comunidade¹. Na organização do tema, além dos dados da pesquisa citada, realizamos um trabalho de campo, na busca por um maior envolvimento e familiaridade com o tema proposto². Pretendeu-se apresentar neste sentido, de forma descritiva, como os Terreiros das religiões de matriz africana e afro-brasileira estão distribuídos na cidade, delimitando o seu espaço e sua distribuição no município de Caruaru.

Para a construção do aporte teórico necessário para compreensão do tema, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados indexadas do Scielo e do Google Acadêmico, utilizando como palavras-chave os termos: ‘urbanismo e Terreiros de religiões de matriz africana’, ‘candomblé e cidade’, ‘apropriação dos espaços urbanismo’, ‘religiões de matriz africana e urbanismo’, ‘espacialidade e territorialidade’, além da utilização de livros físicos sobre os temas de religiões de matriz africana e afro-brasileira e a produção e ocupação do espaço urbano, tendo como as principais referências para este trabalho a obras de Sobarzo (2006), Jesus *et al.* (2010), Serpa (2014), Bonifácio (2017) e Muniz (2018).

Foi importante ressaltar a dificuldade do andamento da pesquisa devido à falta de referências bibliográficas sobre o tema nas suas relações com o município de Caruaru. Durante toda a pesquisa, no que se referiu às religiões de matriz africana e afro-brasileira

¹ Grupo de Estudos da UniFavip é o grupo de pesquisa coordenado pelo professor, doutor e autor deste artigo, responsável pelo início da pesquisa no ano de 2011 junto a Prefeitura Municipal, e que ao se desligar da gestão pública deu prosseguimento à pesquisa junto a instituição de ensino, fundando o GEMIC com a colaboração dos alunos e alunas da mesma instituição.

² A coautora deste trabalho é orientanda do autor e realizou a presente análise para melhor compreender o objeto de estudo em questão.

no município de Caruaru, foi encontrado apenas um estudo contendo informações úteis para a continuidade deste trabalho. O estudo em questão, ainda inconcluso, está sendo realizado pelo Grupo GEMIC, sendo a coautora e o seu orientador integrantes deste grupo.

Os dados preliminares desta pesquisa foram levantados através das entrevistas semiestruturadas, ao passo que o trabalho de campo foi realizado com visitas aos locais de culto e as festas religiosas e as conversas informais com os iniciados e lideranças, cujas experiências serviram de base para as análises e resultados deste trabalho. Os dados empíricos resultantes das entrevistas consistiram no material que foi tabelado e pôde servir de base documental para a realização deste trabalho.

Metodologicamente, apontou-se que após a seleção dos dados, visando o recorte para esse trabalho, identificamos que inicialmente foram mapeados 59 (cinquenta e nove) Terreiros. Destes, foram excluídos 7 (sete), que devido a diversos motivos não estavam em pleno funcionamento no período da pesquisa. Um deles não estava situado na área urbana do município, perímetro adotado como recorte territorial do estudo, restando apenas 52 (cinquenta e dois) Terreiros. Utilizamos a localização desses 52 terreiros para compreender como se deu sua distribuição espacial na cidade, confeccionando, desta forma, um mapa georreferenciado sobre sua localização. Entretanto, deste universo de 52 terreiros de matriz africana e afro-brasileira, apenas 31 (trinta e um) representantes dos Terreiros se dispuseram a participar e responder o questionário do estudo citado anteriormente, contribuindo, assim, com os dados empíricos para este trabalho.

Em decorrência do curto espaço de tempo disponível para pesquisa, que impossibilitou englobar todos os Terreiros presentes na cidade, foram escolhidos para a realização das visitas, 3 (três) Terreiros, localizados nos bairros do São João da Escócia, Rendeiras e José Carlos de Oliveira, em áreas periféricas de Caruaru. A disponibilidade dos representantes em participar da pesquisa e contato prévio da autora com essas lideranças foi importante para a definição destes Terreiros. Os dados levantados através das pesquisas documentais e em campo foram transcritos e apresentados em forma de mapas, confeccionados através de software QGIS, tabulados utilizando o software Microsoft Excel e também lidos e relacionados com a literatura bibliográfica para melhor compreensão do fenômeno estudado.

3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CONTEMPORANEIDADE

O espaço urbano sempre foi palco das transformações da sociedade, moldando as relações sociais que nela existem e sendo diretamente influenciado por esses fenômenos. Segundo Sobarzo (2006), se olharmos através da perspectiva do espaço como o produto da reprodução de relações sociais levadas a efeito através de práticas socioespaciais, a análise da cidade ganha em complexidade, enriquecendo-se dos pontos de vista e de perspectivas de abordagem. Os espaços públicos urbanos deveriam ser em sua gênese, de acordo com Abrahão (2008, p. 23), receptáculo de manifestação da esfera pública, da vida pública, da realização da cidadania. No entanto, no cotidiano das cidades, essa possibilidade e potencialidade não conseguem se completar, pois é subvertido pela lógica capitalista vigente, que impõe um processo de mercantilização do espaço social, proporcionando o surgimento de grupos hegemônicos que se sobressaem diante dos demais grupos da sociedade, aliando-se ao Estado na produção e reprodução de tal deformidade.

Esse processo de dominação do espaço, monopolizado pelo Estado e por uma elite, impõe uma reprodução norteada pela necessidade de criar condições cada vez mais favoráveis para o desenvolvimento capitalista e sua lógica de organização do espaço urbano. Essas ações, segundo Carlos (2001 *apud* Sobarzo, 2006),

[...] esvaziam o espaço público de seu sentido tradicional de lugar que possibilita as relações sociais, retirando e negando o acontecer do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros, dos conflitos, das rotinas e dos desacordos. As relações sociais passam a ser mediadas por normas e organizadas em função do consumo, representando práticas de exclusão, pois os espaços são vigiados e controlados (Carlos, 2001, p. 36 e 353 *apud* Sobarzo, 2006, p. 95).

Neste sentido, o acesso à cidade de forma segmentada produz uma sociabilidade fragmentada que impede um senso de pertencimento e reconhecimento que se dê de forma igualitária, pois, dependendo do lugar social que o indivíduo ocupe na sociedade de classes, o indivíduo poderá ter acesso pleno ao espaço ou o terá cerceado pelos grupos dominantes. Diante desse cenário, a expansão das cidades ocorreu negando a possibilidade de uma experiência igualitária de vivência do espaço pela sociedade, gerando, assim, uma lógica excludente, que marginalizou esse acesso e apropriação aos grupos subalternizados, norteando, desta forma, toda a vida urbana. Nesse sistema, os cidadãos e grupos foram reduzidos a mero consumidores e tiveram o seu valor medido pelo

capital financeiro e posição social que possuem. A parte da população que possui capital financeiro em maior quantidade passa também a ter maior domínio sobre o espaço e como se dará sua produção e reprodução, usando disso para privilegiar seus interesses. Essa estratégia de apropriação deste espaço por este segmento social faz com que parcela significativa da sociedade não favorecida por esse sistema seja excluída dessa dinâmica, tendo seus valores, crenças e experiências negadas por essa lógica dominante, experienciando a cidade de forma bastante limitada (Sobarzo, 2006; Fernandes; Bragato; Romaguera, 2019).

Esse processo de segregação socioespacial, imposta por esses grupos hegemônicos, foi observado em todas as esferas da vida urbana, inclusive, refletindo-se na morfologia das cidades gerando espaços homogêneos e repetitivos, que dificultam a possibilidade de pluralidade e improvisos no espaço servindo como um mecanismo facilitador da exclusão de grupos sociais, prejudicando, desta forma, as apropriações espontâneas e vitais para a manutenção de um espaço urbano democrático. Essa homogeneização tão nociva à vitalidade urbana ocorreu, segundo Serpa (2014), pela dissociação entre a arquitetura e o urbanismo, ou seja, entre as escalas “micro” e “macro”, não se preocupando em trazer variedade para a morfologia urbana, produzindo efeito contrário, um espaço onde a unicidade, o factual e o “ sofisticado” se sobressaem sobre o espontâneo e o natural.

Desta forma, esses grupos se veem obrigados a migrarem para as margens das cidades em busca de uma possibilidade de subversão desta lógica socioespacial excludente, estabelecidas no cotidiano urbano, mesmo que através de uma sociabilidade segmentada. Apesar do espaço estar configurado para controle e exclusão dos grupos vistos como “indesejados”, ele irá apresentar, mesmo que de forma bastante limitada e controlada, oportunidades para superar essa configuração marginalizadora e excludente. Neste sentido, é através da apropriação destes espaços que essa parcela dos excluídos irá encontrar uma possibilidade de resistência. É inegável que essa lógica capitalista que transformou a cidade em um produto, em uma mercadoria, tem na dominação e no controle mecanismos que se sobressaíram pela apropriação, entendendo que ambos foram fenômenos codependentes dentro dessa dinâmica urbana apresentada na contemporaneidade. Na visão de Sobarzo (2006),

[...] podemos pensar a leitura da produção do espaço público em termos da dominação, como relações de verticalidade ou processos “ vindos de cima” que alteram o caráter do público na cidade. No caso da produção e apropriação desses espaços pelo uso, as relações

podem ser lidas na horizontalidade, como uma metáfora de trajetórias no espaço de pessoas, que no seu dia-a-dia, constroem (e são construídas), modificam (e são modificadas) e dão (encontram) sentidos ao (no) espaço público (Sobarzo, 2006, p. 103).

Atuando como mecanismos de resistência da população, que são despertados quando o espaço urbano não consegue replicar materialmente as suas demandas, onde essas resistências a apropriações excludentes poderiam abrir novos caminhos para a vida na cidade. Seriam, segundo Sobarzo (2006), essas relações socioespaciais produzidas pelo uso, pelas práticas cotidianas que conformariam o plano do vivido e que ajudariam na construção de nossas identidades e sentimentos de pertencimento das pessoas e grupos, atuando como um movimento de pressão sobre a lógica excludente. Dessa maneira, entendemos que as estratégias de uso da cidade pelas religiões de matriz africana e afro-brasileiras no município de Caruaru fizeram parte de uma estratégia de resistência a essa lógica mercadológica de apropriação do espaço urbano. O histórico de marginalização e exclusão que foram acometidas, historicamente, demandaram estratégias de uso e de sobrevivências nos espaços urbanos que irão marcar sua inserção e contribuição na construção e reprodução da cidade.

3.1 Religiões de matriz africana e afro-brasileira e o espaço urbano

A cultura sempre foi um aspecto de fundamental relevância na construção e ocupação do espaço urbano. Ela dá sentido e orientação a socialização e aos demais aspectos pertinentes à vida coletiva. Dentro dos elementos que compõe a cultural, a religião figura como um vetor de extrema relevância, influenciando as dinâmicas culturais e atuando de diferentes formas ao longo da história da humanidade. Para Prandi (2007, p. 2 *apud* Ulhoa, 2011, p. 37), “é comum dar como certo que a religião não somente é parte constitutiva da cultura, mas que ela abastece axiológica e normativamente a cultura. E que a cultura, por sua vez, interfere na religião, reforçando-a ou forçando-a a mudanças e adaptações”.

Desde os primeiros agrupamentos sociais, ainda no período pré-histórico, a religião estaria presente na dinâmica social do homem e, por isso, materializada no espaço físico através dos mais diversos arranjos espaciais. Esse processo fez com que as religiões assumissem, de acordo com Siqueira (2018), um papel de destaque frente à formação cultural da sociedade, alicerçando aspectos concernentes a memória e a identidade, balizando, inclusive, processos inconscientes que influenciam na forma do homem se



relacionar com o espaço. Ao elencar as religiões de matriz africana e afro-brasileira, não podemos deixar de relacionar sua história de formação em nosso território sem mencionar as relações raciais estabelecidas.

Essa relação entre raça e religião no Brasil, em que a população negra sempre esteve em lugares subalternizados, foi observada não só nos dias atuais como em toda a nossa história. Os grupos étnico-raciais lutaram contra uma tentativa recorrente e histórica de inviabilização no espaço urbano, tendo seu direito à cidade muitas vezes usurpado pelos agentes que dominam esse espaço. Isso se daria, pois, segundo Bonifácio (2017), pelo motivo do

Brasil possuir uma história marcada por desigualdades raciais, onde a formação do seu território e povo fomentou-se a partir de uma ótica elitista europeia de bases etnocêntricas e que forjou e desenvolveu uma estrutura segregacionista e de subalternização de determinados grupos étnico-raciais integrantes da sociedade (Bonifácio, 2017, p. 135).

Entre os séculos XVI e XIX, africanos/as escravizados/as foram deslocados para as terras brasileiras. Os cultos religiosos de matriz africana e afro-brasileira presentes no Brasil se formaram através da reunião de diferentes estruturas litúrgicas advindas do continente africano e chegaram aqui a partir do século XVI. Esse povo foi submetido a um processo de desafricanização ainda nas terras africanas, pois, segundo Souza (2016), a exploração não se restringia apenas ao corpo do escravo, mas voltava-se para alijamento dos seus valores ancestrais. Todo o arcabouço cultural desse povo, seus costumes, práticas religiosas e artísticas, foram reprimidos e perseguidos por um modelo de sociedade de natureza escravocrata, que tinha como fé oficial e única a religião católica, instituição que estava configurada na época como um dos principais agentes políticos no arranjo social vigente naquele momento (Bonifácio, 2017).

A sua religiosidade, que na comunidade africana se configurava como um dos principais pilares estruturantes da sociedade e do indivíduo, foi ainda na África proibida pelos escravocratas através da destruição de seus locais de culto. Diante desse processo de desafricanização e embranquecimento a que foram subjugados, os escravos conseguiram desenvolver mecanismos de adaptação para manterem suas práticas culturais vivas (Souza, 2016) e a religiosidade africana teve um papel fundamental nesse processo.

Segundo Weimer (2004 *apud* Pereira, 2011), nas condições em que se processou o surgimento dessa diáspora, a religião acabou por se consolidar como principal suporte da africanidade. Como eram proibidas pela Igreja Católica, os escravos precisaram

desenvolver mecanismos de resistência para manutenção de suas práticas litúrgicas. A estratégia de resistência utilizada foi o sincretismo, que segundo Siqueira (2018), deu-se pela incorporação de elementos provenientes de outros sistemas simbólicos, em geral dominante, de modo que houvesse uma ressignificação servindo à cosmovisão da religião, que o recebe. Os cultos às divindades africanas foram realizados em conjunto com as divindades católicas, possibilitando, de alguma forma, o acesso aos espaços públicos e templos católicos à população escrava (Souza, 2016).

Com o passar do tempo, o processo oficial de repressão e perseguição a toda manifestação cultural e religiosa de origem africana terá respaldo legal no Código Criminal imperial de 1830. Este código criminalizava toda manifestação religiosa que não fosse pertencente à religião oficial do Estado, no caso, o catolicismo. Mesmo após a abolição da escravatura, em 1888, essa lei continuou a valer e apesar de serem “livres”, a população negra não conseguirá, a época, liberdade para o exercício de suas práticas religiosas. Esse cenário perdurou até a década de 1930, quando o então presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto Lei nº 1202, no qual derrubava a proibição legal da prática de cultos de origem africana e afro-brasileira (Souza, 2016; Martins; Santos Junior, 2017). Os templos destas religiões, elemento tão importante para manutenção da ancestralidade africana em solo brasileiro, foram condicionados a adotar uma postura de invisibilidade no espaço urbano como um mecanismo de resistência para suas práticas (Bonifácio, 2017; Lima; Oliveira, 2016).

Juntamente com o preconceito e o racismo, os seguidores desses cultos encontraram outros obstáculos para manutenção de suas práticas litúrgicas. O processo de urbanização desenfreada, observado em nossa contemporaneidade, fez com que essas religiões caracterizadas pela forte conexão do homem com o meio ambiente, buscassem ressignificar suas crenças e sua relação com a natureza. O povo de santo acredita que as divindades cultuadas por eles presidem, segundo Lima e Oliveira (2016), forças e locais da natureza, como matas, rios, lagos, cachoeiras, estando associados a elementos bióticos ou abióticos da natureza, bem como as condições atmosféricas.

No que concerne aos estudos destas manifestações religiosas, é importante o entendimento que é impossível fazê-los sem buscar entender a importância da territorialidade e de natureza para seus adeptos e adeptas, pois os dois fenômenos estão profundamente interligados. Segundo Rech (2019), o campo religioso possui importância no entendimento da territorialidade afro-brasileira, no sentido de caracterizar cada símbolo ritualístico. Essa ritualística se faz presente na relação que eles desempenham na sua

territorialidade. Essa maneira como o povo negro se apropriou do espaço pode explicar muito a respeito da lógica por trás de sua religiosidade, como expõe Rech (2019):

[...] a relação estabelecida pela territorialidade étnica, própria dos afro-brasileiros socioculturalmente estabelecidos, os vincula ao solo não pelo seu valor de troca, mas sim, num híbrido, entre eles e o solo, ou seja, o terreno físico e os elementos do ambiente são simbólicos, fazem parte de sua vida como o fundamento para a existência humana, numa relação harmônica. Um Terreiro não existe sem o solo, não pode ocorrer sem uma área que faça o contato com o "chão" (Rech, 2019, p. 46).

As formas de ocupação do espaço exercidas pelo povo negro para suas vivências urbanas e suas manifestações religiosas sempre foram reprimidas em nossa sociedade. Segundo Bonifácio (2017), diversos fatores regulados pelos setores hegemônicos da sociedade determinam, de forma direta e indireta, os territórios de apropriação de cada grupo social, bem como de suas práticas culturais e de suas identidades territoriais. Os processos de apropriação da cidade pelas religiões atuam como mecanismos de reafirmação da identidade desses grupos e de manutenção dessas religiões, considerando que as práticas externas ao terreiro são recorrentes e necessárias para efetivação dessas manifestações. Essa manifestação espacial do fenômeno religioso contribuem para construção de um processo de territorialidade que, como coloca Haesbaert (1999 *apud* Pombo, 2015),

[...] está relacionada ao sentimento de pertencimento e poder exercido por determinado grupo sobre um dado espaço geográfico. É algo que se manifesta espacialmente para além dos fenômenos espaciais, adentrando a esfera cultural. Os conceitos de território e territorialidade passam a ser examinados nos estudos geográficos das religiões a partir do seu lado simbólico englobando assim, a construção de territórios sagrados (Haesbaert, 1999 *apud* Pombo, 2015, p. 22).

Enquanto as territorialidades cristãs foram demarcadas através de seus geossímbolos por todo o espaço urbano, os terreiros seguem sendo negligenciados pelo planejamento urbano e invisibilizados dentro desta paisagem. O que, de acordo com Siqueira (2018), pode interferir negativamente na ação de políticas públicas voltadas às comunidades de Terreiro, tendo por base seu direito à identidade cultural e seu espaço na cidade. Temos como exemplo, na cidade de Caruaru, a construção de uma lista de equipamentos essenciais para preservação onde não consta nenhum imóvel referente a essa manifestação religiosa, demonstrando a negligência, a exclusão e a invisibilidade destas casas de culto e a prevalência de elementos católicos e cristão em sua grande

maioria e representatividade³. Na maior parte das vezes, a inserção dos terreiros na malha urbana se dá através de uma série de mecanismos de adaptação.

Geralmente, de acordo com Siqueira (2018), a implantação destes Terreiros ocorre no fundo dos lotes residenciais, em anexo à moradia dos sacerdotes, sem marcação na fachada das edificações que possam apontar o uso misto destes espaços. Espalhados nas cidades, os Terreiros não possuem uma arquitetura facilmente identificável como é recorrente em outras religiões (como as Igrejas Católicas, e templos evangélicos, por exemplo), sendo muitas vezes edificações improvisadas, que apresentam uso misto, atuando como residência e terreiro, como já citado aqui, que na maioria vezes não apresentam condições favoráveis para a plenitude de suas práticas, sendo necessário o surgimento de mecanismos de adequações (Jesus *et al.*, 2010; Bonifácio, 2017).

Esses processos de ressignificação desenvolvidos pelos povos de terreiros são recorrentes desde a formação desses cultos e continuam se mostrando necessários para ocupação do espaço urbano. Isso se dá por diversos motivos, a maioria deles para contornar as contingências espaciais urbanas e possibilitar a manutenção de uma prática litúrgica essencialmente fitolátrica⁴, em uma civilização cada vez mais urbana e escassa de áreas ricas em elementos naturais (Jesus *et al.*, 2010; Lima; Oliveira, 2016).

Essa forma de ocupar a urbe, transformando espaços comuns dentro da cidade e o próprio Terreiro em espaços sagrados, onde áreas profanas vão ganhando novas formas de serem abordadas através de significados sociais, míticos e simbólicos, tendo a lógica racionalista que impera sobre a produção do espaço urbano subvertida, traz para os praticantes dessas religiões uma realidade diferente daquela comum ao cotidiano. Isso acontece devido ao diálogo estabelecido entre o espaço urbano e o terreiro entre si numa relação de continuidade, em que marcas e valores urbanos se manifestam na estrutura da religião e o movimento no sentido contrário também poderá ser realizado, mostrando, na cidade, as referências estabelecidas pelos seguidores dessas religiões (Jesus *et al.*, 2010).

Os templos dessas religiões, comumente chamados de “Terreiro” ou “Roça”, foram construídos com objetivo de trazer para o solo brasileiro de acordo com o espaço geográfico da África, genitora de seus conteúdos culturais (Jesus *et al.*, 2010). A definição conceitual

³ Lei nº 5.837, de dezembro de 2016, que define os imóveis Especiais de Preservação (IEP), situados no município de Caruaru, estabelece as condições e preservação, assegura compensações e estímulos e dá outras providências.

⁴ Adoração de plantas. Uma das principais características dos cultos afro-brasileiros é a adoração das plantas e seu uso litúrgico. As plantas, as folhas e as ervas são elementos sacralizados e de grande relevância para os diversos rituais destes cultos. Ver: Albuquerque e Chiappeta (1994).

de Terreiro, utilizada nesta análise, entende-o como o espaço de interação social com processos de iniciação, hierarquia sacerdotal, definida com rituais periódicos e um culto com múltiplas divindades. Os limites físicos dos Terreiros vão além das suas limitações físicas, de forma analógica, quando o Terreiro não consegue reconstituir tais espaços, necessitam fazer uso de áreas ditas públicas ou privadas, onde essas áreas de alguma forma consigam reunir atributos naturais para manutenção simbólica do culto. Apesar de toda perseguição devedora de uma lógica eurocêntrica e racista, as comunidades de Terreiro continuam se estabelecendo como base fundamental para manutenção de uma ancestralidade africana no Brasil, pois, segundo Rech (2019):

[...] uma coisa (entre várias outras) que essa sociedade não consegue suprimir da cultura afro-brasileira é a sua capacidade de se perpetuar, justamente por estar ligada aos Terreiros, por estar, o tempo todo, sendo reorganizada e não depender das estruturas modernas e formais. É um processo de construção sociocultural (dentro do Terreiro) e outro, um processo de desconstrução na sociedade hegemônica, seja pelas ações preconceituosas, seja pelo racismo direto ou indireto (Rech, 2019, p. 49).

Além da intolerância religiosa, que é por muitas ocasiões a causa da instalação dos Terreiros em lugares afastados das áreas centrais urbanas, o adensamento da cidades e a especulação imobiliária também têm feito com que os membros dos Terreiros busquem instalarem seus Terreiros em lugares cada vez mais distantes e de menores dimensões por não poderem arcar com os custos financeiros de instalações em áreas centrais da cidade. Essas ações fazem com que seja cada vez mais frequente a instalação dos Terreiros em lugares que não oferecem todos os elementos necessários para suas práticas litúrgicas, fazendo com que os rituais tenham que ser realizados cada vez mais em áreas externas ao Terreiro, esbarrando assim em outra problemática causada pelos processos contemporâneos de urbanização, a escassez cada vez maior de áreas com ampla oferta de elementos naturais (Lima; Oliveira, 2016).

4 O SAGRADO DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE CARUARU

Usando o município de Caruaru como recorte territorial, buscou-se entender como se estabeleceu e se estabelece as relações entre as religiosidades de matriz africana e afro-brasileira e a urbe, entendendo que as manifestações religiosas materializadas no espaço urbano atuam como importantes processos afirmativos de grupos identitários no desenvolvimento de sentimento de pertencimento na cidade, pois, segundo Serpa (2014),



[...] as festas e as tradições religiosas pertencem à esfera da experiência, constituindo-se das impressões que o psiquismo incorpora na memória [...]. Memória individual e coletiva fundem-se nas sociedades tradicionais através da festa e do culto, em que episódios significativos do passado coletivo são rememorados, levando cada indivíduo a incorporar essas memórias à sua própria experiência [...] (Serpa, 2014, p. 33).

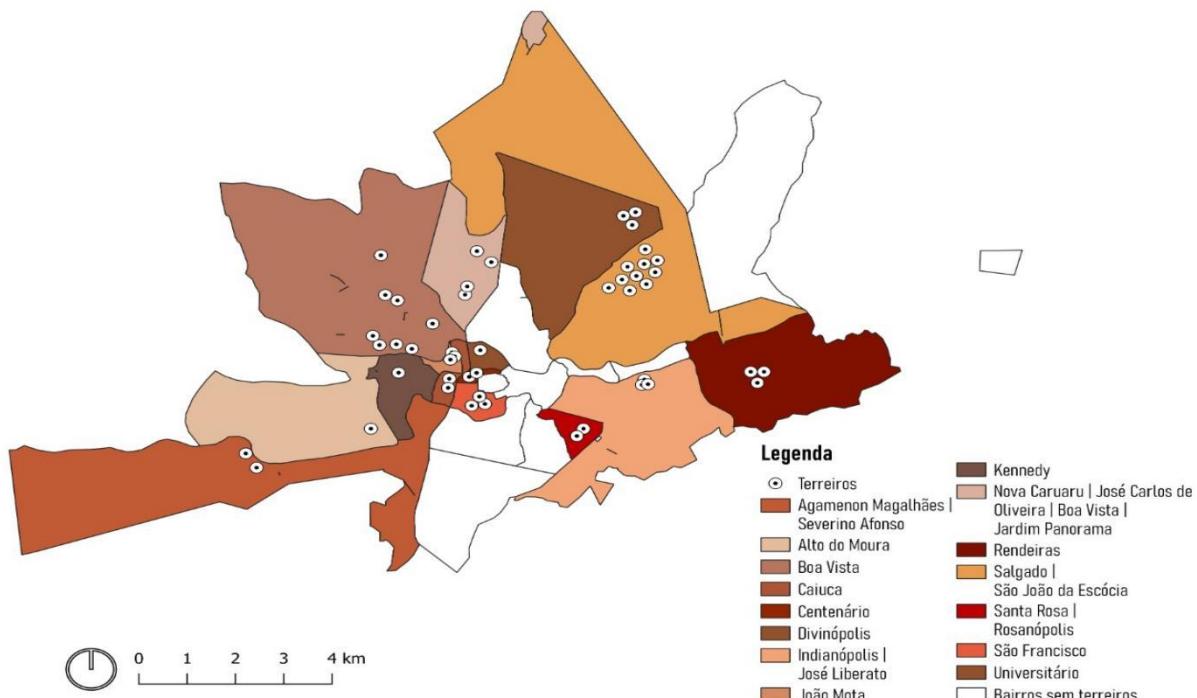
Essa lógica que reproduz cidades gerando espaços que impõem a segregação e reafirmam desigualdades é percebido em Caruaru, não só em relação a questões ligadas a distribuição de renda, mas em vários aspectos da vida urbana, principalmente, no que se refere às manifestações religiosas. Seus Terreiros foram e continuam sendo invisibilizados dentro da paisagem urbana. As instalações para o culto dessas religiões que são, em sua maioria, edificações de uso residencial, na maior parte das vezes, locais de moradia de alguns seguidores, onde é recorrente a realização de adaptações nestes espaços para receber os fiéis e desenvolver suas práticas litúrgicas de culto (Muniz, 2018). Diante da bibliografia escassa sobre os povos de Terreiro na cidade, é difícil precisar corretamente quando surgiram as primeiras manifestações religiosas de origens africanas na cidade, bem como o seu primeiro Terreiro.

Os autores que estudaram o tema esbarram em uma série de obstáculos ao tentarem reconstruir a trajetória do povo africano nas terras brasileiras e como suas manifestações culturais se constituíram no estado de Pernambuco. Segundo Ribeiro (2014), em 13 de maio de 1891, os arquivos da escravidão foram destruídos no Brasil, atendendo a circular nº 29 do Ministério da Fazenda, dificultando, desta forma, a possibilidade de entender a proveniência da população trazida para o país, bem como obter os números exatos produzidos pelo tráfico negreiro. Os escritos de Ribeiro (2014) sobre os cultos de matriz africana e afro-brasileiras no estado de PE reforçam essa tese. Ele expôs as dificuldades em traçar um diagnóstico objetivo do fenômeno devido aos dados que em sua maioria são imprecisos e foram encontrados nos raros documentos da época escravagista. Em Caruaru não seria diferente, o que temos até o presente momento das informações sobre os Terreiros da cidade foram os dados da pesquisa já citada aqui, que teve início em 2011 a partir de demandas levantadas pela Secretaria da Mulher no município, a qual necessitava de dados sobre as mulheres adeptas destas religiões, dando origem e impulsionando o trabalho de mapeamento dos Terreiros na cidade, a partir de uma metodologia “boca a boca”, que se definia pela identificação de uma casa e que, por conseguinte, apontava para a existência de outras, e assim sucessivamente.

Desta forma, metodologicamente se buscou chegar nos resultados que nos levaram a um melhor entendimento do fenômeno estudado. Em um primeiro momento, foi analisada

a lista com a localização dos Terreiros da cidade, sendo estes distribuídos em um mapa (Figura 1), para que fosse possível uma melhor análise de como eles estão inseridos na malha urbana da cidade.

Figura 1 – Mapa de Localização dos Terreiros de Caruaru



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Através da pesquisa, foi possível identificar 47 (quarenta e sete) Terreiros distribuídos por 23 (vinte e três) dos 39 (trinta e nove) bairros da cidade. Foi observado no Salgado, bairro mais populoso e com maior área territorial da cidade, a presença de 10 Terreiros, sendo este o bairro com a maior incidência destes espaços em Caruaru. Esse bairro apresenta rendimentos médios mensais de R\$616,65, fazendo com que esteja na 7^a posição no ranking de bairros com rendimentos médios mensais mais baixos no município. Após o Salgado, estão o São Francisco, João Mota, São João da Escócia, Rendeiras e José Liberato. Todos bairros periféricos, alguns com graves problemas de infraestrutura (ausência de saneamento, calçamento, etc.), altos índices de violência e ausência de serviços públicos de qualidade. Esses bairros apresentaram 3 (três) Terreiros cada. Os demais bairros apresentaram variações de 1 (um) ou 2 (dois) Terreiros em seu território, como é possível analisar na tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição de Terreiros por bairros de Caruaru

BAIRRO	QUANTIDADE DE TERREIROS
Severino Afonso	1
Agamenon Magalhães	1
Boa Vista I	1
Caiucá	2
Centenário	2
Divinópolis	1
Jardim Panorama	2
João Mota	3
José Carlos de Oliveira	2
José Liberato	3
Kennedy	1
Loteamento Itamarati	1
Loteamento Ramiro Miguel de Souza	1
Loteamento São José	1
Loteamento Sol Poente	1
Nova Caruaru	2
Rendeiras	3
Rosanópolis	1
Salgado	10
Santa Rosa	1
São Francisco	3
São João da Escócia	3
Vila Padre Inácio	1

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Esses bairros, em que estão localizados os Terreiros, são afastados das áreas centrais e mais prestigiadas da cidade, características que não difere do levantado na bibliografia estudada acerca do tema no Brasil. Esse lugar social das religiões de matriz africana e afro-brasileiras se manifesta em Caruaru, em sua grande maioria, em um lugar marginalizado e invisibilizado na paisagem urbana. É um lugar que vem sendo produzido e reproduzido historicamente a partir de um processo discriminatório que está institucionalizado em todas as dimensões da nossa vida social e se manifesta de várias maneiras em nosso cotidiano. É importante perceber o racismo religioso nesses comportamentos, pois, segundo Guimarães (2018):

O que se ataca é precisamente a origem negra africana destas religiões. Por isso, vejo uma estratégia racista em demonizar as ‘religiões’ de matrizes africanas, fazendo com que elas apareçam como o grande inimigo a ser combatido, não apenas com o proselitismo nas palavras, mas também com

ataques aos templos e, mesmo, à integridade física e à vida dos participantes destas ‘religiões’. Portanto, isso que visualizamos sob a forma da intolerância religiosa nada mais é que uma faceta do pensamento e prática racista que podemos chamar de racismo religioso (Guimarães, 2018, p. 168).

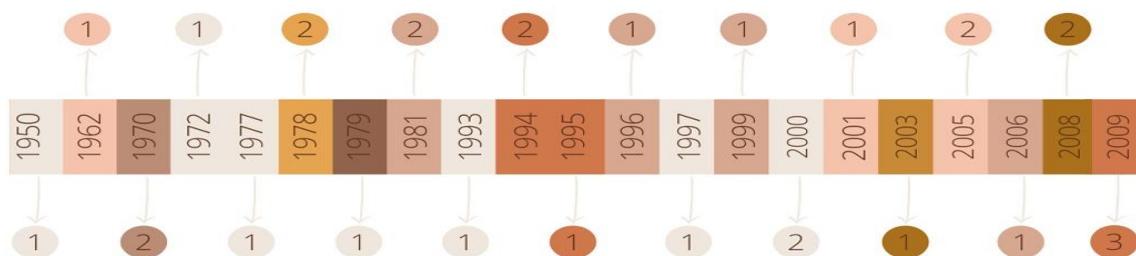
Ao analisar os bairros em que estão distribuídos os Terreiros na cidade, vemos que no Alto do Moura não foi encontrado nenhum Terreiro. A localidade é, como aponta Vidal (2020) ao analisar como está distribuída espacialmente a população negra em Caruaru, o bairro com maior número de habitantes negros no município, tendo 60,43% de sua população pertencente a esse grupo, seguido do bairro Agamenon Magalhães, onde 59,97% de sua população é negra e onde encontramos apenas 1 (um) Terreiro como demonstrado na tabela 1.

Outro apontamento no trabalho de Vidal (2020), que enriquece nossa análise, é o paralelo entre os rendimentos médios mensais e o percentual étnico-racial nos bairros. Foi notado que dos 3 (três) bairros que apresentam menor percentual de negros em sua população, Universitário (40,58%), Maurício de Nassau (36,11%) e Nossa Senhora das Dores (37,35%), dois apresentam os maiores rendimentos médios mensais na cidade, em primeiro lugar figura o bairro Universitário, com R\$2.805,43, seguido do Maurício de Nassau com R\$2.514,69. Em nenhum desses 3 bairros até o final da pesquisa foi encontrado Terreiros de matriz africana ou afro-brasileira, isso nos traz apontamentos significativos acerca do lugar social ocupado por essas religiosidades na hierarquia urbana da cidade.

A prevalência maior de Terreiros na área urbana do município foi um ponto observado nas análises. Apesar da área adotada para nossa pesquisa ser o perímetro urbano, foi localizado apenas 1 (um) Terreiro na área rural do município. Mesmo que a população mundial esteja cada vez mais assumindo o caráter urbano ao longo dos anos, como é o caso de Caruaru, é uma constatação controversa que a maioria dos Terreiros estejam na área urbana quando entendemos as práticas religiosas de origens africanas e afro-brasileiras como essencialmente fitolátricas. Entretanto, através do estudo bibliográfico sobre o tema, é possível compreender que essa religiosidade se organiza e se expande como um fenômeno urbano no território brasileiro. Entendendo a distribuição espacial dos Terreiros na cidade, o próximo passo foi analisar os dados gerais disponibilizados pelo GEMIC (Grupo de Estudo, Memória, Identidade e Cultura). Neste segundo momento, apenas 31 (trinta e um) dos 47 (quarenta e sete) Terreiros da cidade foram considerados, pois foi o número de Terreiros que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

Existe uma dificuldade de precisar o início dessas religiões na cidade devido à falta de estudos acerca do tema. Na nossa amostragem, o Terreiro mais antigo em funcionamento foi fundado em 1950⁵, até esse período, como já fora mencionado, eram implementadas de forma preponderante uma série de políticas higienistas em todo país, visando o apagamento da identidade negra dentro do espaço urbano. O outro Terreiro mais antigo na cidade foi aberto em 1962. Esses dois Terreiros, de acordo com os dados levantados pela nossa pesquisa, seguiram sendo as únicas casas na cidade até a década de 70, onde será possível identificar, a partir de então, uma maior movimentação no sentido da abertura de Terreiros. Entre os mais novos, temos dois Terreiros que foram inaugurados em 2009, não tendo surgido nenhum outro até a conclusão da pesquisa em que baseamos esse estudo⁶. Através da linha do tempo na figura 2, nota-se que os anos em que foram fundados os Terreiros participantes da nossa pesquisa, sendo possível ainda observar a quantidade de Terreiros fundada em cada ano.

Figura 2 – Dinâmica temporal da Fundação dos Terreiros entrevistados



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Outro ponto importante acerca da apropriação do espaço urbano por essas religiões é que tendo a sacralização dos elementos naturais como um dos principais fundamentos de sua liturgia, algumas destas práticas significativas para o cotidiano do culto não podem acontecer dentro dos limites dos Terreiros, sendo incorporados a essas práticas elementos “naturais”, que podem ser praias, cachoeiras e matas, que se encontram cada vez mais escassos devido ao constante adensamento urbano, ou de “natureza construída”, como

⁵ Essa data corresponde a data de formação do Terreiro mais antigo identificado pela pesquisa do GEMIC, porém, existem indícios de existências de Terreiros anteriores a essa data que estamos buscando precisar sua formação.

⁶ Destacamos que a dinâmica de surgimento e fechamento de casas ou Terreiros já desatualiza nosso *corpus*, mas, não descaracteriza as principais características apresentadas aqui, no que se refere à apropriação do espaço urbano.

ruas, cemitérios, encruzilhadas. Essas áreas específicas são escolhidas seguindo os desígnios da entidade ou divindade a quem se oferece a devoção (Bonifácio, 2017).

O fenômeno do afastamento territorial dos Terreiros das áreas centrais e valorizadas se repete em Caruaru, onde os Terreiros estão localizados às margens da cidade, em áreas com infraestrutura urbana insuficiente para oferecer aos seus praticantes vivências urbanas dignas, reafirmando assim o lugar social desse segmento que parece estar excessivamente definido no processo de reprodução do espaço urbano. Destacando que essa forma invisibilizada que o povo de santo adota ao se apropriar das cidades não se dá por acaso, foi um mecanismo de resistência encontrado para a manutenção de suas práticas religiosas perante um forte processo de perseguição, subalternização e estigmatização em que foram condicionados historicamente no Brasil.

Ainda sobre o processo de exclusão do povo do santo no espaço urbano, foi possível constatar nas entrevistas que em nenhum Terreiro, seja os líderes ou praticantes dessas religiões, participam como membro da sociedade civil em alguma instituição ou organização, o que seria impensável às religiões de base cristã nessa posição no nosso país. É inegável a importância desse grupo acessar lugares de discussões e tomadas de decisões, fazendo com que suas demandas sejam vistas e refletidas no desenho urbano.

Nos Terreiros entrevistados, 87,09% dos 31 (trinta e um) Terreiros não possuem placas para identificar que ali existe um Terreiro. Ao serem questionados os motivos, os líderes entrevistados deram respostas evasivas, a maioria deles destacam que nunca houve necessidade, que é comum na religião não ter identificação. Apenas um disse ser por medo do preconceito e outro porque as pessoas que frequentam, sejam praticantes ou clientes, não se sentem confortáveis. Dos 3 (três) Terreiros visitados na pesquisa em campo, nenhum tinha placa. Ao serem questionados, dois líderes disserem ser algo corriqueiro na religião e que optaram não colocar por temerem sofrer ataques preconceituosos por parte da vizinhança, enquanto o terceiro disse que antes colocava folhas de Mariô (Palmeira), planta considerada sagrada para religião, emoldurando as entradas da casa, mas que tirou atendendo a pedidos da filha que estava sofrendo bullying na escola.

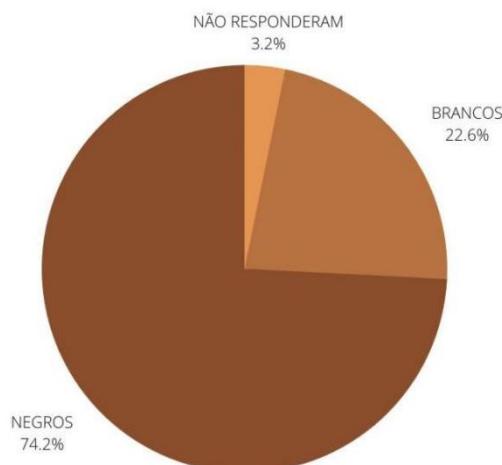
Ainda sobre as instalações dos Terreiros, um ponto que chamou atenção é que apesar de o uso misto (religioso e residencial) ser maioria nos Terreiros, não encontramos números expressivos, visto que são 55,17% que se encaixam nesse perfil contra 44,87% que são usados apenas para fins religiosos. Nos 3 (três) Terreiros visitados, 2 (dois) são compartilhados com uso residencial, enquanto o terceiro é usado apenas para fins

religiosos. Os Terreiros na cidade são em 98,45% imóveis próprios e apenas 1,55% são imóveis alugados.

Na maioria dos Terreiros, os recursos para sua manutenção são advindos principalmente do líder espiritual responsável pelo Terreiro, sejam recursos próprios originados de suas ocupações ou advindos das consultas realizadas por eles nas casas. Algumas casas, mesmo que em menor número, também contam com as contribuições dos filhos de santo para se manter. Esse tópico é pertinente quando considerados que essas religiões, em sua esmagadora maioria, diferente das religiões de base cristã, não conseguem acessar as políticas de isenções fiscais e tributárias existentes para templos religiosos no nosso país⁷.

Com relação ao recorte racial, é possível analisar no gráfico 3, corroborando com a bibliografia estudada, que na cidade 76,66% dos líderes espirituais são negros. Entre os líderes, a maioria (51,61%) tem escolaridade de 1º grau completo, apenas 1 (um) dentre os 31 (trinta e um) tem ensino superior completo; outra característica importante que, alinhada com a questão racial, ajudam a entender a situação de vulnerabilidade social que acomete parcela significativa destas lideranças, contribuindo para seu posicionamento desigual e excludente no que tange à ocupação do espaço urbano. Destes, apenas 5 (cinco) têm como ocupação integral as funções desempenhadas no Terreiro.

Gráfico 1 – Autodeclaração racial dos líderes espirituais dos Terreiros entrevistados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

⁷ Templos tombados pelo patrimônio histórico podem solicitar a isenção, porém equipamentos desta natureza e religiosidade são exceção no mundo dos tombamentos públicos.

Quando questionados a respeito da relação com a vizinhança circundante ao Terreiro, 45% afirmam não ter conflitos. A outra porção afirma não ter boas relações com os vizinhos, retratando diversos problemas, como vizinhos chamando a polícia para tentar fechar os Terreiros por vias legais, apedrejamento dos Terreiros ou pessoas tentando atrapalhar as reuniões e rituais religiosos de diversas formas. Desse grupo, 16% afirmam terem problemas exclusivamente com vizinhos evangélicos. Esse ponto em específico de embate com a religião evangélica, mais precisamente, as denominações neopentecostais, dá-se em decorrência das constantes renovações das lógicas racistas que regem a nossa sociedade e se espalham para a mentalidade dos professos das várias denominações da religião cristã.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo demonstraram que a inserção das religiosidades de matriz africana e afro-brasileira, em Caruaru, deu-se de forma muito similar ao panorama encontrado em todo território nacional, configurando-se enquanto experiência marcada pelos lugares de precariedade e invisibilidade. E, ainda, reforçando a urgência de se avançar nos debates e discussões acerca do tema para ganharem força e reverberem nos espaços decisórios e formuladores de políticas públicas, incentivando mecanismos de enfrentamento ao processo de estigmatização e perseguição na qual os povos e comunidades de Terreiro foram submetidos.

Apesar de toda problemática, o povo de santo segue desenvolvendo estratégias para resistir no espaço urbano. Seja adaptando-se às contingências espaciais da cidade, que devido ao adensamento urbano constante e desordenado tornou os elementos naturais, tão vitais aos cultos, cada vez mais escassos, seja pelo racismo em forma de intolerância religiosa, uma espécie de racismo religioso, que impedem que esse povo vivencie de forma plena sua relação com o sagrado nas cidades. Os modelos de urbanização excludente que vigoram na nossa sociedade reforçam privilégios e segregações, e precisam ser superados. Esse processo só poderá acontecer através de práticas urbanísticas que saiam do lugar da neutralidade e busquem enxergar as demandas dos diversos grupos que ocupam o tecido urbano.

Essas experiências particulares e múltiplas das várias comunidades que ocupam as cidades precisam estar impressas na forma como são construídas. Olhar as cidades através de uma ótica contra-hegemônica é o caminho para que consigamos democratizar

o acesso à cidade e possibilitar que as múltiplas experiências de espaço urbano aconteçam de forma plena, assegurando assim que a população negra e os demais grupos minoritários tenham seu espaço na cidade e a sua identidade cultural asseguradas na urbe.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sérgio Luiz. **Espaço Público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume, São Paulo, 2008. v. 1.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; CHIAPPETA, Alda de Andrade. O uso de plantas e a concepção de doença e cura nos cultos afro-brasileiros. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 22, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/564>. Acesso em: 16 fev. 2024.

BONIFÁCIO, Welberg Vinicius G. A Invisibilidade das Religiões Afrobrasileiras nas Paisagens Urbanas. **Revista Produção Acadêmica**, Porto Nacional, v. 3, n. 1, 2017.

FERNANDES, Karina Macedo; BRAGATO, Fernanda Frizzo; ROMAGUERA, Daniel Carneiro Leão. Cidade moderna/colonial e desenvolvimentismo: uma crítica do cenário urbano brasileiro a partir do pensamento descolonial. **Revista de Direito da Cidade**, [S.L.], v. 11, n. 3, p. 539-562, 3 dez. 2019.

GUIMARÃES, Andréa Letícia Carvalho. Os Terreiros como Espaço da Diferença. **Revista Calundu**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 99-125, 30 jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacalundu/article/view/9601>. Acesso em: 15 jan. 2024.

JESUS, Sérgio Nunes de; SILVA, Reginaldo Conceição da; JESUS, Robson Nunes *et al.* Ordenamento Territorial do Candomblé em Salvador: Interação e Simbologias no Espaço Geográfico. In: **Congresso Brasileiro de Organização do Espaço e X Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP**, Rio Claro, 2010.

LIMA, Kellen Josephine Muniz de; OLIVEIRA, Ilzver de Matos. Racismo ambiental e Supressão de Espaços Litúrgicos Naturais das Religiões de Matriz Africana: Dilemas entre Políticas Públicas de Preservação Ambiental e de Proteção as Manifestações Culturais Afro-Brasileiras. **Prima Facie**, João Pessoa, v. 15, n. 28, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/23096>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MARTINS, Alessandra Ribeiro; SANTOS JUNIOR, Wilson Ribeiro dos. O Projeto Ruas de Histórias Negras e a representação da matriz africana em Campinas: a disputa do território urbano: um estudo de caso. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.L.], n. 68, p. 32-49, 13 dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/brm6kxd7X3BvFHqvLrbfJHn/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do Espaço Público: Alguns Conceitos. **Estudos e Pesquisas em psicologia**, Rio Janeiro, v.7, n. 2, p. 296-306, 2007. Disponível



em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812007000200013. Acesso em: 15 jan. 2024.

MUNIZ, Aristóteles Veloso da Silva. **O direito de resistir:** ensaio sobre religiões de matriz africana e afrobrasileira em Caruaru. In: CARDOSO, Fernando da Silva (org.). **Direitos Humanos:** Reflexões a partir da arte, gênero(s) e movimentos sociais. 1. ed. Maringá: Viseu, 2018. p. 186-204.

PEREIRA, Vanina Margarida Tomar Borges. A Herança da Arquitetura Africana nas Comunidades Quilombolas Afro-descendentes, Africanos e sua Bibliografia. In: **Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, XXVI, 2011. Disponível em: https://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/14/1308185752_ARQUIVO_herancada_arquiteturaafricana.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.

POMBO, Igor Nasiasene. **Territórios do Sagrado:** Espacialidade e Invisibilidade dos Terreiros de Umbanda no Município de João Pessoa. 2015. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

RECH, Tiago Bassani. As (Des)Ocupações da Colônia Africana de Porto Alegre: o papel dos agentes hegemônicos e as dinâmicas territoriais. **Para Onde!?**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 33-53, 12 set. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/88416>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RIBEIRO, Réne. **Cultos Afro-brasileiros do Recife**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2014.

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

SIQUEIRA, Felipe Ibiapina M. R. **Territorialidade Sagradas:** Religiosidades católicas e Afro-brasileira na Zona Norte de Teresina (PI). 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: Da dominação a apropriação. **GEOUSP-Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73992>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SOUZA, Bruno Moitinho Andrade de. Os Templos de Matriz Africana em Salvador e o Meio Ambiente Urbano. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, Brasília, v. 2, n.1, p. 1-17, 2016. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/view/495>. Acesso em: 15 jan 2024.

ULHOA, Clarissa A. Estudo do Meio em Terreiro de Candomblé: Proposta Metodológica para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. **REVELLI- Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG**, Inhumas, v. 3, p. 32-50, 2011. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/2863>. Acesso em: 15 jan 2024.

VIDAL, M. Sobre Racismo, Cidade e Diálogo: Uma análise a Luz do viés Racial em Caruaru-PE. 2020. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário UniFavip/Wyden, Caruaru, 2020.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A CIDADE E O SAGRADO DE MATRIZ AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA CIDADE DE CARUARU-PE

Aristóteles Veloso da Silva Muniz

Doutor em Sociologia PPGS/UFPE

Centro Universitário UniFavip, Caruaru, Brasil

aryveloso77@yahoo.com.br

DOI <https://orcid.org/000-0003-3289-4531>

Beatriz Simoneli de Melo Costa

Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

URB – Autarquia de Urbanização e Meio Ambiente, Caruaru, Brasil.

beatrizsmelocosta@gmail.com

DOI <https://orcid.org/0009 0008 2689 6817>

Endereço de correspondência do principal autor

Avenida Maria Luiza Liberato, 947, CEP: 55037-250, Caruaru-PE, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao grupo de estudos memória, identidade e cultura (GEMIC) pela gentileza em ceder os dados da pesquisa sobre as religiões de Matriz africana e afro-brasileira para a realização deste trabalho.

Concepção e elaboração do manuscrito: B. S. Costa, A.V.S. Muniz.

Coleta de dados: B. S. Costa, A.V.S. Muniz.

Análise de dados: B. S. Costa, A.V.S. Muniz.

Discussão dos resultados: B. S. Costa, A.V.S. Muniz.

Revisão e aprovação: A.V.S. Muniz.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 31/10/2023

Aprovado em: 09/02/2024

